

Sumário

Nota dos autores à 21ª edição	23
Nota dos autores à 10ª edição	25
Prefácio	29
Capítulo 1 ► Audiência de instrução e julgamento	33
1. Conceito e generalidades	33
2. Conteúdo e estrutura	36
2.1. Considerações iniciais	36
2.2. Abertura da audiência. Pregão inicial	37
2.3. Tentativa de autocomposição	38
2.4. Produção das provas orais	39
2.5. Alegações finais. Memoriais (razões finais escritas)	39
2.6. Sentença	40
2.7. Conversão do julgamento em diligência	41
3. Documentação da audiência. Lavratura do termo de audiência	41
4. Designação, antecipação e adiamento da audiência de instrução e julgamento	42
5. A unidade e continuidade da audiência. Casos excepcionais de suspensão	45
6. A audiência pública	46
Capítulo 2 ► Teoria geral da prova e parte geral do Direito probatório	53
1. Noções introdutórias	53
2. Acepções da palavra “prova”	54
3. Meios e fontes de prova	55
4. O direito fundamental à prova. Relação entre o princípio do contraditório e o direito à prova	56
5. Classificação da prova	59
6. Prova e busca da verdade	61
7. Finalidade da prova	66
8. Destinatário da prova	69
9. Objeto da prova	69
9.1. Observação preliminar	69
9.2. Características do fato probando	70

9.2.1.	Controvérsia.....	70
9.2.2.	Relevância.....	70
9.2.3.	Determinação.....	71
9.3.	Fatos que independem de prova (art. 374, CPC).....	71
9.3.1.	Fato notório.....	71
9.3.2.	Afirmado por uma parte e confessado pela parte adversária ou admitido no processo como incontroverso.....	73
9.3.3.	Fatos em cujo favor milita presunção legal de existência.....	74
9.3.3.1.	Conceito de presunção legal.....	74
9.3.3.2.	Presunções legais absolutas. As ficções jurídicas.....	74
9.3.3.3.	Presunções legais relativas.....	76
9.3.3.4.	Um caso específico de presunção legal relativa: a recusa da parte a submeter-se a exame genético.....	77
9.3.3.4.1.	O art. 232 do Código Civil, o par. ún. do art. 2º-A da Lei n. 8.560/1992; o enunciado n. 301 da súmula do STJ.....	77
9.3.3.4.2.	A aplicação dessas regras nas ações de investigação de paternidade/maternidade e de investigação de ascendência genética.....	79
9.3.3.5.	A necessidade de construção do conceito de presunções normativas. As presunções negociais.....	81
9.4.	Prova da fonte normativa e prova da interpretação das fontes normativas (“prova do Direito”).....	82
9.5.	Prova de fato ocorrido no estrangeiro.....	83
10.	Regras da experiência, indícios e presunções.....	84
10.1.	As regras da experiência.....	84
10.1.1.	Generalidades.....	84
10.1.2.	Espécies de regras da experiência.....	86
10.1.3.	Distinção entre regra da experiência e fato notório.....	86
10.1.4.	Funções da regra da experiência.....	87
10.2.	Indícios e presunções judiciais.....	87
10.2.1.	Indícios.....	87
10.2.2.	A relação entre os indícios, as regras da experiência e as presunções.....	89
10.2.3.	Presunções judiciais (simples, comuns ou “hominis”).....	91
10.2.4.	A prova <i>prima facie</i>	93
10.2.5.	Prova por amostragem.....	95
10.2.6.	Prova de uma história.....	100
11.	Procedimento probatório.....	100
12.	Natureza jurídica das normas sobre prova.....	102
13.	Normas estruturantes do direito probatório.....	106
13.1.	Poderes instrutórios do juiz. Considerações sobre o garantismo processual.....	106
13.2.	Aquisição processual da prova.....	116

13.2.1. Generalidades. A homogeneidade da eficácia probatória	116
13.2.2. Relevância de saber quem promoveu a produção da prova	117
13.3. Atipicidade dos meios de prova. As provas atípicas	118
13.4. Negócios jurídicos probatórios	120
13.5. Proibição de prova ilícita	123
13.5.1. Generalidades	123
13.5.2. Prova moralmente ilegítima.....	124
13.5.3. Prova ilícita e prova ilegítima	124
13.5.4. Critérios para aferição da ilicitude.....	124
13.5.5. Provas ilícitas por derivação.....	125
13.5.6. Exceções à proibição da prova ilícita por derivação. Art. 157 do Código de Processo Penal.....	125
13.5.7. Prova ilícita negocial.....	127
13.5.8. Direito fundamental à produção de prova e direito fundamental a não ter contra si uma prova produzida ilicitamente.....	127
13.5.9. Proibição de prova ilícita e proteção da intimidade e da privacidade.....	128
13.5.10. Proibição de prova ilícita e sigilo telefônico	129
13.5.11. Interceptação telefônica para instrução processual civil.....	130
13.5.12. Proibição de prova ilícita e aplicativos de mensagens.....	131
13.5.13. Proibição da prova ilícita e “fishing expedition”	133
13.5.14. Consequência da inadmissibilidade da prova por ilicitude	136
13.5.15. Decisão baseada em prova ilícita: nulidade e rescindibilidade.....	138
13.6. Sistema de valoração da prova pelo juiz: “livre” convencimento motivado, persua- são racional e <i>standards</i> probatórios	138
13.6.1. “Livre” convencimento motivado	138
13.6.2. Convencimento motivado ou persuasão racional	139
13.6.3. Limites à valoração da prova pelo juiz.....	140
13.6.3.1. Prova constante dos autos, corolário do princípio do contra- ditório.....	140
13.6.3.2. Motivação racional	140
13.6.3.3. Motivação controlável	141
13.6.3.4. Regras episódicas de prova legal.....	141
13.6.3.5. Respeito às regras da experiência	143
13.6.4. Estândares (standards) probatórios	144
13.6.4.1. Introdução.....	144
13.6.4.2. Standard da “prova além de toda dúvida razoável” (<i>proof beyond all reasonable doubt</i>), ou BARD.....	148
13.6.4.3. Standard da “prevalência da prova” (<i>preponderance of evi- dence</i>), ou PoE.....	150
13.6.4.4. Standard da “prova clara e convincente” (<i>clear and convin- cing evidence</i>), ou CCE.....	151
13.6.4.5. Standard probatório e recondução ao subjetivismo.....	152

13.6.4.6. Alguns exemplos de standards probatórios que versam sobre suficiência probatória em determinados contextos.....	154
13.6.4.7. Convenções processuais sobre estândares probatórios.....	156
13.6.5. Conclusão do ponto: a fundamentação adequada ainda é a melhor ferramenta de controle da decisão sobre as provas.....	157
13.7. Ônus da prova.....	160
13.7.1. Conceito. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva	160
13.7.2. Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária	164
13.7.3. Distribuição legal do ônus da prova	165
13.7.3.1. Generalidades.....	165
13.7.3.2. A “inversão ope legis” do ônus da prova	169
13.7.3.3. Prova diabólica. Prova duplamente diabólica	170
13.7.3.4. Ônus da prova de fato negativo	173
13.7.4. Distribuição convencional do ônus da prova.....	176
13.7.5. Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	179
13.7.5.1. Generalidades.....	179
13.7.5.2. Pressupostos formais gerais.....	181
13.7.5.2.1. Decisão motivada.....	181
13.7.5.2.2. Momento da redistribuição	182
13.7.5.2.3. Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa.....	183
13.7.5.2.4. Regra de ônus da prova que pode ser alterada por decisão judicial.....	184
13.7.5.3. A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz.....	184
13.7.5.4. A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo.....	188
13.7.5.5. A inversão do ônus da prova em benefício do titular de dados	189
14. Prova emprestada	190
14.1. Generalidades	190
14.2. Respeito ao contraditório.....	191
14.3. Critérios de valoração da prova emprestada.....	192
14.4. Prova emprestada produzida em segredo de justiça	192
14.5. Prova produzida por juízo incompetente	193
14.6. Interceptação telefônica autorizada no processo penal como prova emprestada no juízo cível.....	193
15. Preclusão para o juiz em matéria de prova.....	194
16. Conexão probatória e cooperação judiciária nacional (art. 69, CPC).....	198
Capítulo 3 ► Produção antecipada da prova	199
1. Generalidades	199
2. Natureza jurídica.....	201
3. Fundamentos do pedido de produção antecipada de prova e petição inicial.....	202

4. O processo de justificação.....	204
5. Competência	205
6. Competência para a produção antecipada de prova e arbitragem.....	207
7. Tutela provisória liminar do direito à produção da prova.....	208
8. Citação dos interessados.....	209
9. Despacho inicial e esboço do procedimento.....	211
10. Produção antecipada da prova e interrupção da prescrição	211
11. Defesa e recursos.....	212
12. Pedido contraposto de produção antecipada de prova	214
13. Intervenção de terceiro atípica: ampliação do polo passivo.....	215
14. Sentença, Coisa julgada e entrega dos autos.....	216
15. Honorários advocatícios de sucumbência.....	217
Capítulo 4 ► Depoimento pessoal	219
1. Noções gerais.....	219
2. Espécies: o depoimento por provocação, o interrogatório e o autodepoimento	220
3. Depoimento do <i>presentante</i> e do <i>representante</i>	224
4. Recusa de depor	225
4.1. Noção.....	225
4.2. Escusa de depor	225
4.2.1. Noção.....	225
4.2.2. Direito ou dever de silêncio	226
4.2.3. Direito ao silêncio em relação a fatos criminosos ou torpes.....	227
4.2.4. Direito ao silêncio sobre fatos relacionados à vida familiar ou à atividade profissional.....	230
4.2.5. Regra geral de escusa	232
5. Procedimento do depoimento.....	233
Capítulo 5 ► Confissão.....	235
1. Generalidades	235
2. Natureza jurídica.....	236
3. Distinções.....	237
3.1. Confissão e reconhecimento do pedido	237
3.2. Confissão e admissão.....	239
4. Espécies de confissão	240
5. Eficácia da confissão.....	241
6. Ineficácia da confissão de quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados.....	243
7. A eficácia da confissão por representante.....	245
8. Irrevogabilidade da confissão.....	246
9. Invalidação da confissão	246

9.1. Generalidades	246
9.2. Impossibilidade de invalidação da confissão por dolo	247
9.3. O erro de fato como causa de invalidação	248
10. Indivisibilidade da confissão	249
Capítulo 6 ► Prova documental, ata notarial e exibição de documento ou coisa	251
1. Conceito de documento	251
1.1. Noção histórica de documento	251
1.2. Definição atual de documento	254
1.3. Documento não é apenas documento escrito	255
2. Documento e prova documental	256
3. Prova documental e prova documentada	257
4. Importância da prova documental	261
5. Elementos do documento	263
5.1. Autoria do documento	263
5.1.1. Autoria material e autoria intelectual	263
5.1.2. Documento autógrafo e heterógrafo	264
5.1.3. Documentos públicos e particulares	264
5.1.4. Documentos particulares com eficácia de documentos públicos	265
5.1.5. Subscrição e identificação da autoria	267
5.1.6. Autenticidade	271
5.2. Suporte	272
5.3. Conteúdo	274
6. Documento e instrumento	276
7. Data do documento	276
8. Eficácia probatória do documento	278
8.1. Introdução	278
8.2. Força probante dos documentos públicos	279
8.2.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público	279
8.2.2. A caracterização da escritura pública como “prova plena”. Crítica à utilização dessa expressão	280
8.2.3. O instrumento público como forma solene do ato jurídico (art. 406, CPC)	282
8.2.4. O documento público irregular (art. 407, CPC)	284
8.3. Força probante dos documentos particulares	287
8.3.1. Autenticidade e veracidade do conteúdo do documento particular (art. 408, <i>caput</i> , CPC)	287
8.3.2. Eficácia probatória dos documentos testemunhais (art. 408, p. único, CPC)	289
8.3.3. Eficácia probatória do telegrama, radiograma, do <i>fac-símile</i> e dos outros meios de transmissão de dados	289

8.3.4.	Eficácia probatória das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação	290
8.3.5.	Eficácia probatória dos livros empresariais e da escrituração contábil.....	292
8.3.6.	Indivisibilidade do documento particular (art. 412, p. único, CPC) e da escrituração contábil (art. 419, CPC).....	293
8.4.	Originais, cópias, certidões e traslados	294
9.	Ata notarial (art. 384, CPC)	299
10.	Vícios do documento: a irregularidade e a falsidade.....	302
11.	Documento eletrônico.....	304
11.1.	Noção.....	304
11.2.	Segurança e confiabilidade.....	307
11.2.1.	Generalidades	307
11.2.2.	A presunção de integridade e de autenticidade dos documentos gerados no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)	311
11.2.3.	A possibilidade de usar métodos de certificação de documentos públicos e particulares fora do âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil): hipótese típica de negócio probatório.....	312
11.3.	O processo em autos eletrônicos	316
11.4.	O documento eletrônico no processo em autos de papel.....	318
12.	<i>Blockchain</i>	318
12.1.	O que é <i>blockchain</i>	318
12.2.	Segurança e imutabilidade	322
12.3.	Transparência	325
12.4.	<i>Blockchain</i> como prova atípica	325
12.5.	<i>Ethereum</i> e a ampliação do uso da <i>blockchain</i>	329
13.	Produção da prova documental	330
13.1.	Momentos da proposição e da produção da prova	330
13.2.	Juntada posterior de documentos.....	331
13.3.	Momento para manifestação sobre os documentos (art. 437, CPC).....	333
13.4.	Possíveis atitudes da parte contra quem a prova documental é produzida (art. 436, CPC)	334
13.5.	O “ <i>document dump</i> ” como ilícito processual	335
14.	Meios de obtenção da prova documental	337
14.1.	Requisição de documentos (art. 438, CPC)	337
14.2.	Exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404, CPC).....	340
14.2.1.	Generalidades	340
14.2.2.	Pedido de exibição formulado em face da parte adversária.....	342
14.2.3.	Procedimento da exibição promovida em face de terceiro particular.....	347
14.2.4.	Exibição de documentos e produção antecipada de prova.....	349
14.2.5.	Exibição de documentos e negócios processuais. O Redfern Schedule	351
14.2.6.	Exibição de documentos e a “fishing expedition”	352

15. Arguição de falsidade.....	353
15.1. Noção.....	353
15.2. Natureza jurídica e finalidade.....	354
15.3. Legitimidade e interesse	355
15.4. Procedimento.....	356
Capítulo 7 ► Prova testemunhal	359
1. Noções gerais.....	359
2. Admissibilidade da prova testemunhal	360
3. Capacidade para testemunhar	362
3.1. Generalidades	362
3.2. Incapazes de testemunhar. As relações entre o CPC, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei n. 13.431/2017.....	363
3.3. Impedidos de testemunhar.....	368
3.4. Suspeitos para testemunhar	369
3.5. O art. 228 do Código Civil.....	369
3.6. A possibilidade de testemunho de pessoas incapazes, impedidas e suspeitas.....	370
4. Direito ao silêncio.....	371
5. Local e tempo do testemunho.....	371
6. Juntada do rol e intimação da testemunha.....	375
7. Substituição da testemunha.....	376
8. Procedimento de colheita do depoimento.....	377
8.1. Método de inquirição	377
8.2. Qualificação e contradita.....	378
8.3. Compromisso e escusa de depor	378
8.4. Inquirição direta pelos advogados e pelo juiz.....	379
8.5. Designação de intérprete para o testemunho em língua estrangeira, de pessoa indígena e em Libras.....	382
8.6. Dever de urbanidade	383
8.7. Testemunhos em conferência (<i>witness conferecing ou hot tubbing</i>)	383
8.8. Testemunho por escrito (<i>witness statement</i>).....	384
9. Documentação do testemunho.....	385
10. Treinamento (preparação) da testemunha	388
Capítulo 8 ► Prova pericial	389
1. Conceito e generalidades	389
2. Fontes da prova pericial	392
3. Espécies de perícia.....	394
4. O perito e o assistente técnico	397
4.1. O perito e suas funções	397

4.2.	Requisitos para escolha do perito	401
4.3.	Nomeação de mais de um perito. Perícia complexa. <i>Expert teaming</i>	406
4.4.	Escusa e recusa do perito	408
4.5.	Substituição do perito	410
4.6.	Assistente técnico e suas funções	411
4.7.	Quadro comparativo	412
5.	Admissibilidade	413
6.	Procedimento de produção da prova pericial	415
6.1.	Requerimento ou determinação de ofício	415
6.2.	Nomeação do perito, indicação do assistente e formulação de quesitos	416
6.3.	Realização da perícia. A “teleperícia”	418
6.4.	Conteúdo do laudo pericial	420
6.5.	Manifestação das partes. Esclarecimentos do perito	423
7.	Perícia em local diverso	426
8.	Perícia simplificada	427
9.	A cadeia de custódia e sua aplicação no processo civil	428
10.	Escolha consensual do perito	430
11.	Valoração do resultado da perícia. Possibilidade de “segunda perícia” ou “outra perícia”	431
12.	Despesas	436
Capítulo 9 ► Inspeção judicial		441
1.	Noção	441
2.	Postulação e admissão/determinação da prova. Momento adequado para a sua produção	441
3.	Inspeção como prova principal e única	442
4.	Fonte da inspeção	442
5.	Inspeção de pessoa. O direito de não ser inspecionado	443
6.	Inspeção de pessoa (terceiro)	443
7.	Inspeção direta e indireta	444
8.	Inspeção indireta como perícia informal	444
9.	Partes assistidas por <i>expert</i>	445
10.	Local da inspeção	445
11.	Participação das partes na produção da prova	445
12.	Conclusão e documentação da inspeção. Auto da inspeção como pressuposto de existência	446
13.	Documentação da inspeção feita na sede do juízo	446
14.	Manifestação sobre resultado da prova	447
Capítulo 10 ► Decisão judicial		449
1.	Nota introdutória	449

2.	Sistematização dos pronunciamentos judiciais	450
2.1.	Introdução: conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais	450
2.2.	As decisões proferidas pelo juízo singular	450
2.2.1.	Generalidades	450
2.2.2.	Sentença	450
2.2.3.	Decisão interlocutória	452
2.3.	As decisões proferidas em órgão colegiado	453
2.4.	Decisões unipessoais proferidas em tribunal	454
3.	A sentença como norma jurídica individualizada	454
4.	Elementos da decisão judicial	458
4.1.	Introdução	458
4.2.	Relatório	458
4.3.	Fundamentação	459
4.3.1.	A legitimação da atividade jurisdicional e a regra da motivação	459
4.3.2.	Racionalidade e controlabilidade	462
4.3.3.	Integridade e coerência	465
4.3.4.	O conteúdo da fundamentação	465
4.3.4.1.	Fundamentação de admissibilidade e fundamentação de mérito	466
4.3.4.2.	Fundamentação de fato e fundamentação de direito	467
4.3.5.	Dever de observância das consequências práticas da decisão (art. 20 da LINDB)	475
4.3.5.1.	Introdução	475
4.3.5.2.	O propósito do art. 20 da LINDB	476
4.3.5.3.	Estrutura normativa	477
4.3.5.3.1.	Postulado hermenêutico	477
4.3.5.3.2.	Dever de motivação	482
4.3.5.3.3.	O art. 20 da LINDB e o art. 489 do CPC	483
4.3.5.4.	O dever de considerar as consequências práticas da decisão	483
4.3.5.4.1.	Introdução: o pragmatismo jurídico e seus riscos	483
4.3.5.4.2.	Conteúdo dogmático do dever de considerar as consequências práticas da decisão	485
4.3.5.5.	Conclusão do ponto e balanço crítico	490
4.3.6.	Decisão sem fundamentação	491
4.3.6.1.	Ausência de fundamentação e fundamentação deficiente	491
4.3.6.2.	Exemplos de decisões não fundamentadas (art. 489, § 1º, CPC)	492
4.3.6.2.1.	Decisão que se limita à indicação, reprodução ou paráfrase do ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, I)	494
4.3.6.2.2.	Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, II)	496

4.3.6.2.3.	Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, III)	501
4.3.6.2.4.	Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, IV)	502
4.3.6.2.5.	Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, § 1º, V)	506
4.3.6.2.6.	Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, VI)	508
4.3.6.2.7.	Decisão que deixa de indicar as consequências práticas da solução adotada com base em princípio normativo menos densificado	510
4.3.6.2.8.	Outros exemplos	511
4.3.6.2.9.	Dever de consideração de todos os argumentos suscitados (art. 489, § 1º, IV) e decisão de organização do processo prevista no art. 357, CPC	516
4.3.6.3.	Consequência da ausência de fundamentação	517
4.3.6.4.	O art. 489, § 1º e o ônus da fundamentação analítica dos atos postulatorios	519
4.3.7.	A fundamentação e a coisa julgada	520
4.4.	Dispositivo	523
4.4.1.	Conceito	523
4.4.2.	A teoria dos capítulos de sentença	527
4.4.3.	Repercussões da teoria dos capítulos de sentença	530
5.	Requisitos da decisão judicial	532
5.1.	A congruência da decisão judicial	532
5.2.	A congruência externa	533
5.2.1.	Introdução: a abrangência dos arts. 141 e 492 do CPC	533
5.2.2.	A congruência objetiva	536
5.2.2.1.	Decisão ultra petita	536
5.2.2.2.	Decisão extra petita	541
5.2.2.3.	Decisão citra petita	545
5.2.2.3.1.	Generalidades	545
5.2.2.3.2.	Espécies de decisão citra petita	545
5.2.2.3.3.	Problemas específicos da decisão citra petita	549
5.2.3.	A congruência subjetiva	551
5.3.	A congruência interna	554

5.3.1. Introdução: uma comparação com os requisitos do pedido	554
5.3.2. Certeza (art. 492, p. ún., CPC). A sentença condicional	554
5.3.3. Liquidez.....	559
5.3.4. Clareza e coerência	565
6. Interpretação da decisão judicial.....	569
7. Decisões objetivamente e/ou subjetivamente complexas	576
8. Decisões definitivas e decisões provisórias. Decisões de mérito e decisões de admissibilidade	578
8.1. As “sentenças definitivas” e as “sentenças terminativas”	578
8.2. Classificação baseada na profundidade do exame (decisão definitiva e decisão provisória) e na natureza da questão decidida (decisão de admissibilidade e decisão de mérito)	581
9. A decisão e o fato superveniente.....	583
9.1. O art. 493 do CPC	583
9.2. Causa de pedir e causa de defesa supervenientes	585
9.3. Pressupostos para a aplicação do art. 493 do CPC	591
9.4. Aplicação do art. 493 do CPC na instância recursal	593
10. A decisão que acolhe exceção substancial dilatória	595
11. Conteúdo da decisão	601
11.1. Conteúdo e efeitos: distinção.....	601
11.2. Classificação das decisões de procedência quanto ao seu conteúdo	602
11.2.1. Introdução	602
11.2.2. Decisões condenatórias	605
11.2.3. Decisões constitutivas	608
11.2.4. Decisões meramente declaratórias.....	611
12. Efeitos da decisão judicial.....	613
12.1. Eficácia principal	613
12.2. Eficácia reflexa.....	614
12.3. Eficácia anexa (eficácia de fato).....	615
12.3.1. Generalidades	615
12.3.2. Hipoteca judiciária	617
12.4. Eficácia probatória.....	622
13. Decisão determinativa	624
14. Publicação, retratação e integração da decisão.....	626
Capítulo 11 ► Precedente judicial	629
1. Noções fundamentais.....	629
1.1. Decisão, precedente e <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>)	629
1.2. <i>Obiter dictum</i> (ou <i>dictum</i>)	632
1.3. Identificação da <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>)	636
1.4. Espécies de decisão e precedente	639

1.4.1.	Decisão de admissibilidade, decisão de mérito e o precedente.....	639
1.4.2.	Decisão que homologa autocomposição e precedente	640
2.	A norma do precedente	641
3.	Eficácia jurídica do precedente	643
3.1.	Precedente como ato-fato jurídico	643
3.2.	Efeitos dos precedentes.....	644
3.2.1.	Generalidades	644
3.2.2.	Precedente com eficácia vinculante/obrigatória	645
3.2.3.	Precedente com eficácia persuasiva.....	646
3.2.4.	Precedente com eficácia de obstar a revisão de decisões.....	647
3.2.5.	Precedente com eficácia de obstar a invalidação de ato jurídico	648
3.2.6.	Precedente com eficácia autorizante.....	649
3.2.7.	Precedente com eficácia rescindente ou deseficazante.....	651
3.2.8.	Precedente que permite revisão de coisa julgada	652
3.3.	Precedentes obrigatórios no Direito brasileiro	653
3.3.1.	Generalidades	653
3.3.2.	Classificação pelo procedimento de formação	656
3.3.2.1.	Precedentes oriundos de decisões em controle concentrado de constitucionalidade feito pelo Supremo Tribunal Federal	656
3.3.2.2.	Precedentes cuja <i>ratio decidendi</i> foi enunciada em súmula	657
3.3.2.3.	Precedentes produzidos por incidente em julgamento de tribunal: casos repetitivos e assunção de competência. O microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	658
3.3.2.4.	Precedentes oriundos do plenário ou do órgão especial	659
3.4.	Reconstruindo algumas normas jurídicas fundamentais (princípios e regras) à luz da eficácia dos precedentes no Direito brasileiro	660
3.4.1.	Princípio da legalidade.....	660
3.4.2.	Princípio da igualdade.....	661
3.4.3.	Princípio da segurança jurídica	663
3.4.4.	Regra da motivação das decisões judiciais	664
3.4.5.	Princípio do contraditório.....	665
3.5.	Distinção entre a eficácia do precedente, coisa julgada e eficácia da intervenção.....	666
4.	Deveres gerais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes judiciais	667
4.1.	Generalidades	667
4.2.	Dever de uniformização da jurisprudência	668
4.3.	Dever de manter a jurisprudência estável.....	669
4.4.	Dever de dar publicidade aos precedentes	670
4.5.	Dever de coerência e dever de integridade.....	671
4.5.1.	Premissas.....	671
4.5.2.	Dever de coerência	674

4.5.2.1.	Generalidades.....	674
4.5.2.2.	Alguns critérios para aferição da coerência	677
4.5.2.2.1.	Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica.....	677
4.5.2.2.2.	Recondução a uma mesma norma superior	678
4.5.2.2.3.	Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão	679
4.5.3.	Dever de integridade.....	679
5.	A dinâmica do precedente.....	683
5.1.	Súmula, jurisprudência e precedente. Produção e interpretação. Técnica de redação de enunciado sumulado	683
5.2.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i>	687
5.3.	Técnicas de superação do precedente: <i>overruling</i> e <i>overriding</i>	691
5.3.1.	Generalidades	691
5.3.2.	<i>Overruling</i> difuso e <i>overruling</i> concentrado	694
5.3.3.	Fundamentação do <i>overruling</i>	695
5.3.4.	Eficácia temporal da revogação do precedente	697
5.3.5.	Modulação de efeitos da superação do precedente. A sinalização (<i>signaling</i>). Regime de transição e respeito aos atos constituídos sob a orientação anterior (arts. 23 e 24 da LINDB)	699
5.3.6.	Superação antecipada (<i>anticipatory overruling</i>)	707
5.3.7.	Superação parcial (<i>overriding</i>)	708
6.	A “súmula vinculante”	709
Capítulo 12 ►	Coisa julgada	715
1.	Coisa julgada – Noção. Efeito negativo e positivo da coisa julgada	715
2.	A coisa julgada como efeito jurídico.....	717
3.	Pressupostos para a formação da coisa julgada	719
4.	Fundamento constitucional da coisa julgada	720
5.	Coisa julgada formal	720
6.	Coisa julgada e trílice identidade	721
7.	Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada pro et contra, <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	722
8.	Coisa julgada e negócios processuais	723
9.	Limites objetivos da coisa julgada	726
9.1.	Generalidades	726
9.2.	Revisão de noções sobre a teoria da cognição judicial	726
9.2.1.	Questão principal e questão incidental	726
9.2.2.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – visão tradicional	727
9.2.3.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – posição adotada – o exercício do contradireito pelo réu	727
9.3.	Questão principal expressamente decidida.....	729

9.4. Decisão de mérito	729
9.5. Coisa julgada parcial. A ação rescisória contra coisa julgada parcial.....	730
9.6. Decisões de conteúdo processual e coisa julgada.....	733
9.7. Incidentes processuais e coisa julgada	736
9.8. Extensão da coisa julgada às questões prejudiciais incidentais	737
9.8.1. Conceito de questão prejudicial	737
9.8.2. Questão prejudicial expressa e incidentalmente decidida.....	738
9.8.3. Questão prejudicial incidental expressamente decidida e efeito devolu- tivo do recurso	740
9.8.4. Dois regimes jurídicos distintos de coisa julgada: coisa julgada relativa à solução da questão principal e coisa julgada relativa à solução da questão prejudicial incidental.....	740
9.8.5. Impedimentos à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	741
9.8.5.1. Objeção de impertinência	741
9.8.5.2. Objeção de ausência de contraditório	742
9.8.5.3. Objeção de incompetência	744
9.8.5.4. Objeção de cognição insuficiente	744
9.8.5.5. Objeção de ausência de remessa necessária.....	745
9.8.6. Alegação das objeções à extensão da coisa julgada à prejudicial incidental.....	745
9.8.7. Instrumento para o controle da coisa julgada relativa à prejudicial incidental.....	746
9.8.8. Questão prejudicial principal	746
9.8.9. A sobrevivência da ação declaratória incidental	747
9.8.10. Ação declaratória autônoma	747
9.8.11. Direito transitório.....	748
9.9. Questões cuja resolução não se torna indiscutível pela coisa julgada	748
10. Limites subjetivos da coisa julgada	750
10.1. Regra geral.....	750
10.2. Hipóteses de extensão da coisa julgada a terceiros.....	750
10.3. Coisa julgada e obrigações solidárias (art. 274 do Código Civil)	753
11. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Tema 1.268 do STJ	756
12. Limites temporais da coisa julgada	760
12.1. Generalidades	760
12.2. Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado (art. 505, I)	761
12.3. Instrumentos de controle da coisa julgada.....	766
12.4. Teoria da relativização atípica da coisa julgada	767
13. Coisa julgada e ações concorrentes	770
Capítulo 13 ► Tutela provisória	773
1. Noções gerais.....	773

1.1.	Tutela definitiva: satisfativa e cautelar.....	773
1.2.	Características da tutela cautelar.....	774
1.2.1.	Referibilidade e temporariedade.....	774
1.2.2.	A coisa julgada cautelar.....	775
1.3.	Síntese.....	778
2.	“Tutela provisória”: antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva.....	779
2.1.	Generalidades.....	779
2.2.	Características.....	780
2.3.	Espécies de tutela provisória: satisfativa (antecipada) e cautelar.....	781
3.	Regime jurídico da tutela provisória: regras gerais.....	782
3.1.	Introdução terminológica.....	782
3.2.	Fundamento: urgência ou evidência.....	783
3.3.	Forma de requerimento: incidental ou antecedente.....	784
3.4.	Legitimidade.....	786
3.5.	Cabimento.....	789
3.6.	Momento da concessão.....	791
3.6.1.	Considerações iniciais.....	791
3.6.2.	Liminarmente.....	792
3.6.3.	Na sentença.....	795
3.6.4.	Em grau recursal.....	796
3.7.	Manifestação do requerido.....	797
3.8.	Instrução.....	798
3.9.	Decisão.....	798
3.10.	Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo.....	800
3.11.	Recurso.....	802
3.12.	Efeitos antecipáveis.....	802
3.13.	Forma de efetivação.....	804
3.14.	Concessão de ofício.....	808
4.	Tutela provisória de urgência.....	810
4.1.	Considerações iniciais.....	810
4.2.	Pressupostos gerais.....	812
4.2.1.	Probabilidade do direito.....	812
4.2.2.	Perigo da demora.....	813
4.3.	Pressuposto específico: reversibilidade da tutela provisória satisfativa.....	816
4.4.	Tutela de urgência satisfativa (antecipada) em caráter antecedente.....	819
4.5.	Estabilização da tutela de urgência satisfativa (antecipada).....	821
4.5.1.	Estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada como técnica de monitorização do processo civil brasileiro.....	821
4.5.2.	Pressupostos da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada.....	824
4.5.2.1.	Requerimento de tutela provisória satisfativa antecedente.....	824

4.5.2.2.	Ausência de manifestação do autor pelo prosseguimento do processo para a tutela definitiva	825
4.5.2.3.	Decisão que concede a tutela provisória satisfativa antecedente	827
4.5.2.4.	Inércia do réu.....	827
4.5.2.5.	Síntese dos pressupostos para a estabilização da tutela provisória satisfativa e negócio processual atípico sobre o tema.....	831
4.5.3.	Ação de impugnação ou confirmação da decisão concessiva de tutela provisória satisfativa estabilizada	832
4.5.4.	Estabilização da tutela satisfativa antecedente e coisa julgada. Confronto com a ação monitória	833
4.5.5.	Despesas processuais e estabilização da tutela satisfativa antecedente	835
4.5.6.	Aplicação da técnica da estabilização da tutela provisória à tutela requerida em caráter incidental e à tutela provisória de evidência	836
4.6.	Tutela de urgência cautelar em caráter antecedente	837
4.7.	Fungibilidade das tutelas de urgência	841
5.	Tutela provisória de evidência	842
5.1.	Conceitos fundamentais.....	842
5.2.	Pressupostos.....	844
5.2.1.	Noções iniciais.....	844
5.2.2.	Tutela de evidência punitiva. Atos protelatórios e abusivos da parte	846
5.2.3.	Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório	851
5.2.4.	Tutela de evidência documentada de contrato de depósito	854
5.2.5.	Tutela de evidência documentada na ausência de contraprova documental suficiente	856
6.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	857
6.1.	Panorama legislativo – perspectiva histórica e atual.....	857
6.2.	Panorama doutrinário.....	859
6.3.	Panorama jurisprudencial	863
6.4.	Exigência de trânsito em julgado para a expedição do precatório (EC n. 30/2001 e n. 62/2009).....	867
6.5.	Tutela provisória para a obrigação de fazer, não fazer e dar coisa em face do Poder Público	869
6.6.	Tutela provisória contra o Poder Público em matéria tributária	871
Capítulo 14 ►	Processo estrutural	873
1.	Histórico do assunto	873
2.	Conceitos	876
2.1.	Problema estrutural.....	876
2.1.1.	Situação de desconformidade não necessariamente ilícita.....	876
2.1.2.	Situação de desconformidade consolidada, geralmente complexa, e contínua: estado de desconformidade	879

2.1.3.	Estado de desconformidade cuja solução exige um conjunto de medidas organizadas em um plano de ação.....	882
2.2.	Processo estrutural.....	885
2.3.	Decisão estrutural.....	887
3.	Características	890
3.1.	Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade.....	890
3.2.	Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível, e a consensualidade	896
4.	Procedimento.....	897
4.1.	Consensualidade e diálogo.....	897
4.2.	As duas fases do processo estrutural: o <i>standard</i> do processo falimentar.....	900
4.2.1.	Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas)	901
4.2.2.	Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural ...	902
4.2.2.1.	Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes.....	905
4.2.2.2.	Liquidação estrutural	912
4.2.2.3.	Decisões em cascata.....	913
4.3.	Flexibilidade do procedimento	915
4.3.1.	Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto	916
4.3.2.	Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros	919
4.3.3.	Atipicidade dos meios probatórios.....	920
4.3.4.	Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): Claims Resolution Facilities.....	921
4.3.5.	Atipicidade da cooperação judiciária.....	923
4.4.	Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas	926
5.	A gestão dos processos estruturais e a reorganização judiciária	927
	Bibliografia	933